

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.621.630 - DF (2019/0343253-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO ALVES OLIVEIRA
ADVOGADA : TATIANA DE QUEIROZ PEREIRA - DF021344
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDUARDO ALECSANDER XAVIER DE MEDEIROS - DF022067

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CARLOS ALBERTO ALVES OLIVEIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

APELAÇÃO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO
POLICIAL MILITAR REFORMADO PEDIDO DE REVERSÃO À
ATIVA ART 100 DA LEI N 7289/1984 REQUISITOS LEGAIS NÃO
PREENCHIDOS RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO 1
CONSOANTE ESTABELECE A NORMA DISPOSTA NO ART 100 DA
LEI N 7289/84 PARA QUE O POLICIAL MILITAR REFORMADO
VOLTE AO SERVIÇO ATIVO É PRECISO QUE SEJA JULGADO
APTO EM INSPEÇÃO DE SAÚDE POR JUNTA SUPERIOR DA PMDF
EM GRAU DE RECURSO OU REVISÃO E NÃO TENHA
DECORRIDO MAIS DE 02 (DOIS) ANOS DA SITUAÇÃO DE
REFORMADO 2 A ATIVIDADE MILITAR EXIGE A ATUAÇÃO
DIÁRIA EM SITUAÇÕES ARRISCADAS E ESTRESSANTES ASSIM
A REVERSÃO DE POLICIAL MILITAR CONSOANTE O COMANDO
INSERTO NO DISPOSITIVO LEGAL SUPRACITADO DEMANDA
QUE SEJA PREVIAMENTE SUBMETIDO À INSPEÇÃO DE SAÚDE
POR JUNTA SUPERIOR DA PMDF COM O PROPÓSITO
EXCLUSIVO DE SUA REVERSÃO A FIM DE SE ASSEGURAR A
SEGURANÇA DA COLETIVIDADE E A SUPREMACIA DO
INTERESSE PÚBLICO 3 NESSA PERSPECTIVA DIANTE DA NÃO
COMPROVAÇÃO DE QUE O RECORRENTE TENHA FEITO
REQUERIMENTO ESPECÍFICO DENTRO DO PRAZO
DECADENCIAL PARA QUE PUDESSE SER SUBMETIDO À
REPORTADA INSPEÇÃO ALIADA À CIRCUNSTÂNCIA DE QUE O
LAUDO EMITIDO PELA JUNTA OFICIAL SE LIMITA A ATESTAR
A SUA APTIDÃO PARA A RETOMADA DO PORTE ARMA
OMITINDO-SE QUANTO AO SEU RETORNO À ATIVA BEM COMO
QUE A SITUAÇÃO DE REFORMADO JÁ PERDURA POR MAIS DE
02 (DOIS) ANOS DEVE SER MANTIDA A SENTENÇA
VERGASTADA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO
DEDUZIDO NA PETIÇÃO INICIAL 4 RECURSO CONHECIDO E
DESPROVIDO HONORÁRIOS MAJORADOS

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 100, § 1º, da Lei n. 7.289/84, no que concerne à obrigatoriedade de submissão do recorrente *ex officio* à junta médica para a análise da possibilidade de sua reversão ao serviço ativo, trazendo os seguintes argumentos:

Assim levando em conta que a transferência *ex officio* do Recorrente para a situação de reforma se deu a contar 07/05/2015 e sua alta médica se deu em 11/02/2016, ou seja, em menos de 1 ano depois, o que foi devidamente levado ao conhecimento da Corporação, teria ela obrigatoriamente que submetê-lo imediatamente a junta Superior de Saúde e após revertido igualmente *ex officio* ao serviço ativo a fim de aproveitar da mão de obra especializada de que tanto precisa, vez que sofre atualmente com o menor efetivo de sua história, o que corresponde a metade do previsto na Lei nº 12.086/09, enquanto a população do DF clama por segurança e aumento de efetivo.

No entanto, o Acórdão vergastado alegou que "Consoante estabelece a norma disposta no art. 100 da Lei n. 7.289/84, para que o policial militar reformado volte ao serviço ativo, é preciso que seja julgado apto em inspeção de saúde por Junta Superior da PMDF, em grau de recurso ou revisão, e não tenha decorrido mais de 02 (dois) anos da situação de reformado."

Todavia, conforme acima já citado, tal alegação não corresponde à realidade dos fatos, vez que o Recorrente ingressou com requerimento administrativo ainda no mês de fevereiro de 2016, contando por tanto, com menos de 1 anos de reformado, o que não pode se confundir com a inércia ou omissão da Corporação, o que é alheio a sua vontade, não podendo assim arcar com o ônus da culpa. (fl. 218)

Quanto à segunda controvérsia, concernente ao prazo prescricional de 5 anos para a reversão de servidores, traz o seguinte argumento:

Ademais, ainda que realmente houvesse ultrapassado 2 anos na situação de reforma, o que não é o caso, vez que não pode ele pagar pela inércia da Corporação, já é pacífico no entendimento moderno do Judiciário que o prazo prescricional para a reversão de servidores é de 5 anos. (fl. 218)

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 280 do STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"), aplicada aqui por analogia, uma vez que, não obstante a parte recorrente alegue violação de lei que formalmente é federal, referido diploma legal, no caso concreto, é materialmente local, tendo em vista regular relações jurídicas locais.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: “A respeito da alegada violação do art. 143 da Lei n. 8.112/1990, constata-se da impossibilidade da análise do referido dispositivo, vez que, consoante a jurisprudência desta Corte, a Lei Federal n. 8.112/1990, aplicável aos servidores públicos do Distrito Federal por força da Lei Distrital n. 197/1991, é materialmente local, atraindo, por analogia, o óbice do Enunciado Sumular n. 280 do STF” (AgInt no AREsp 1.328.891/DF, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 15/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.762.574/TO, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 31/10/2018; AgRg no AREsp 594.492/DF, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 20/6/2018; e AgInt no REsp 1.306.904/DF, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 14/5/2018; AgInt no REsp 1.306.904/DF, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 14/5/2018; REsp 923.095/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 9/3/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de janeiro de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente